

Traço, sozinho, no meu cubículo
de engenheiro, o plano,
Firmo o projeto, aqui isolado,
Remoto até de quem eu sou.
Ao lado, acompanhamento
banalmente sinistro,
O tique-taque estalado das
máquinas de escrever.
Que náusea da vida!
Que abjeção esta regularidade!
Que sono este ser assim!

Fernando Pessoa

Carta Pedagógica

Meu Caro amigo, Recebi sua carta e fico feliz de saber suas notícias. Este grupo com quem você começa a trabalhar é cheio de vida e tem muita história pra contar. Mande lembranças minhas à todos e todas. Com certeza o trabalho que desenvolveres será de grande valia para o processo de mobilização desta comunidade.

Fiquei pensando no que você escreveu na carta que me enviou este mês aí recuperei um poema que te envio no bilhete junto a esta escrita. Nele está um trecho de um poema de Fernando Pessoa, que desapercebidamente escolhi para uma incursão no teatro há alguns anos atrás. Lembrei dele quando pensava em te escrever e resolvi mandar já que você queria ler algo sobre o ato de planejar.

O poema destacado chama-se Datilografia e, sempre que leio, me vem à cabeça a imagem desse homem ainda jovem, sentindo-se velho e cansado, isolado, sentado em uma apartamento no centro de alguma grande cidade planejando o óbvio, o regular, o que todos fazem, o esperado.

Ri muito ao lembrar que ao ensaiar esta esquete teatral, a saudosa Stela, nossa professora, se divertia com minha interpretação que vinha repleta de ironia, desdém, quase um nojo do texto que recitava. Na época, não entendia bem o comentário, mas poucos meses, mais tarde me dei conta, como dizem os entendidos, tomei consciência da minha escolha, do porquê aquele texto e o porquê daquela forma desprestigiada de encená-lo.

Na verdade, minha busca por sujeitos coletivos, por ações compartilhadas, por causas comuns foi ficando marcada nos anos da faculdade com a militância no movimento estudantil, e como você sabe, mais tarde na causa agrária, com as companheiras e companheiros do MST. Aí então compreendi! Eu não gostava daquela personagem do poema, me causava desconforto, mal estar, por isso a tratava mal. Hoje eu sei que de forma caricata tentava cênicamente confrontá-la.

Eu sei bem, que você, assim como eu, escolheu a vida coletiva para viver . Nós desenvolvemos uma mania crônica de viver junto, realizar com, submeter nossa opinião à outros, que já é coisa rara há muito tempo no mundo em que vivemos. O jovem solitário do Pessoa, certamente vive pra si, pensa sozinho e por isso age sem companhia.

Pensando no teu núcleo de base e nas atividades que vais desenvolver, me reporto ao poema para reafirmar que aquele é o tipo de resultado que não desejamos, a abjeção da regularidade que não nos interessa, e por isso a teimosia de plantear o novo, o diferente, aquilo que chamamos às vezes de socialismo, mas que na verdade ainda nem tem nome.

No poema, Pessoa fala de um mundo de sonho, ilusório, bem melhor que este que sufoca seu pseudo-herói escritor. Porém, quando leio tua carta, sou obrigada a discordar do poeta. Este meio em que vives e trabalhas, no meio do povo, da gente que precisa de tudo um pouco e que oferta o pouco que tem, dos que lutam cotidiana e organizadamente para transcender sua condição, desmente parte do poema.

Isso porque, um mundo em que seja possível sentir-se pleno e bem é perfeitamente capaz de se materializar. Para tanto temos em mãos uma ferramenta vital para transbordar o regular, o estabelecido, que já foi anunciada por outros que nos antecederam, mas que ficou marcada na minha memória através das palavras de Marx:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele

figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, Karl.)

Meu caro, tenho a convicção de que a capacidade de projetar e orientar nossa ação para transformar essa realidade e os sujeitos a sua condição de opressão, é o nosso maior trunfo.

Se somos educadores populares, e sei de teu apreço pela pedagogia, nossa vontade de fazer o trabalho com a base não é, tão somente, para mantê-la como está. Então não posso dizer outra coisa do planejamento se não que é tarefa prioritária de nossa militância.

Outro dia ouvi um camarada, que imagino vais logo imaginar quem é, numa palestra em São Paulo, entre amigos e companheiros de luta, dizia que mexer com a terra é ter paciência pela espera. Lavar é entender-se com o solo. Naqueles dias pensei muito no trabalho agrícola e quão repleto de projeto e conteúdo ele está. Dizia ainda que lavar é consultar o solo para saber o que pensa sobre cada semente e só então definir o que plantar. Para ele o sujeito do lavrado é o comandante das plantas em guerra contra a fome. E por isso que cresce junto com a roça o aprendizado. (BOGO, Ademar. Carta de amor n° 9ⁱⁱ)

Sempre gostei de ver o camponês e a camponesa com esse olhar e agora, relembrando a fala do camarada, me reporto aos princípios da educação popular que nos são tão caros e aos momentos de estudo que compartilhamos na juventude.

Lembra-se de nossos debates sobre a educação das crianças e dos jovens e adultos Sem Terra? Aqueles valores alimentaram e alimentam ainda hoje minhas ações. Assim como tenho certeza, orientarão tuas atividades na nova tarefa. Outro dia, conversando com um colega que se encaminhava para dar uma aula, me peguei refletindo e triste em saber que o mesmo se dirigia ao grupo de educandos sem planejar uma linha do que faria com eles. Pensei nos moleques de 15, 16 anos fazendo mais do mesmo, alguma atividade, qualquer atividade, que poderá até ser prazerosa, mas que não teve orientação e tão pouco propósito de provoca-los à reflexão crítica.

Eventos como este instigam sistematicamente minha vontade de escrever sobre a importância do plano e do planejamento, que é de aula, é político, pedagógico, de

trabalho, é da vida. Por isso tomei a liberdade de te encaminhar junto a esta carta um material, ainda incipiente, sobre o planejamento na Rede de Educação Cidadã, com a qual trabalho desde maio de 2011.

Imagino que assim que se ambientar na nova morada possa procurar pelo coletivo de educadores da RECID aí no estado, podes procurar a Irmã Carminha da CPT que ela coloca você em contato com os educadores/as. Vais te surpreender com o alcance do trabalho deste pessoal.

O relato que compartilho com você foi escrito por mim, mas, elaborado á 16 mãos, oito companheiros/as de trabalho, da Equipe Pedagógica RECID/CAMP, que também refletem sobre este conteúdo e que generosamente realizaram a interlocução desta escrita. O texto, sobre planejamento, que coube a mim no processo de sistematização da experiência da equipe, está baseado em um rico material da experiência da Rede em diversos estados. Também vais encontrar na leitura alguns pensadores e definições contemporâneos acerca do planejamento no Brasil. Espero que te sejam úteis.

Deixo-te um forte abraço, com saudade e vontade de vê-lo em breve e com saúde. Muita força nesta nova jornada! Despeço-me com a frase de Dona Ivonete, acampada Sem Terra que, ao se despedir, me disse há anos atrás: "Não te preocupa companheira, logo a gente se vê, quem tá na luta, sempre se encontra"!

Abraço fraterno,

Maria Karam.

Planejar é acreditar no futuro¹

Maria do Carmo Rodrigues Karam²

Momento I

Como chegamos a este texto, quais elementos apontaram para a necessidade desta escrita.

Quando a Equipe Pedagógica da RECID/CAMP apresentou à Rede o texto *Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo*, logo fez questão de informar: *entramos numa roda que já está girando há oito anos*. Essa ressalva se fez necessária na escrita da sistematização, uma vez que, se constituiu como elemento que permeia o olhar e o trato desta equipe com relação às várias formas de planejar da Rede e atravessou todas as decisões político-metodológicas da equipe.

Em 2011 nos envolvemos, desde meados do ano, com o fazer pedagógico acerca das oficinas de formação realizadas pelos coletivos estaduais. Tarefa essa que exigiu do grupo uma dedicação coletiva e individual para conhecer a história e os acúmulos daqueles que comunicavam seu trabalho por meio dos Registros Pedagógicos. Ler os registros, fazer a devolução aos estados, estudar os textos de formação e documentos da Rede, participar das reuniões e debates dos coletivos, foram algumas das ações que subsidiaram o trabalho da equipe vinculada a entidade nacional conveniada.

Entretanto, no exercício de compreensão da dinâmica e do movimento pedagógico da Rede algumas lacunas ainda persistiam, e persistem, como não poderia deixar de ser, em se tratando de sujeitos e processos de formação. Naqueles meses, as lacunas diziam respeito não mais unicamente a história e ao acúmulo daqueles/as que realizam o trabalho popular, mas sim aos propósitos destes coletivos, isto é, faltava perceber como as ações nos coletivos dialogavam com seus planejamentos.

Alguns meses mais tarde, a equipe pedagógica começa a ter uma ideia do conteúdo e da forma de planejar dos estados que compõem a Rede. Foram chegando aos poucos, por email, por correio convencional, e se constituíram num arquivo de 23 itens, indicando a entrega de 23 planos estaduais ao CAMP até o fim do ano de 2011.

A leitura deste material produziu na equipe um desconforto que se mostrou produtivo levando a um conjunto de reflexões acerca do planejar da Rede, a partir dos

¹ Oficina de Formação PI-OF13-2011, em São Francisco do Piauí em 11 set2011 (fonte: CAMP/Arquivo)

² Educadora, formada em História, com especialização em Ensino de Ciências Humanas e Sociais na Escola do Campo/UFRGS e membro da Equipe pedagógica RECID/CAMP.

estados. Instigou o grupo a recorrer nos escritos e memórias registrados para encontrar o conteúdo e sentido político do planejamento na RECID.

Nosso ponto de partida foi a referência em Paulo Freire, pautado nas experiências pessoais de cada membro da equipe, para pensar o planejamento do trabalho. Não por acaso, é nele que a Recid bebe teoria para organizar e projetar os princípios de sua prática. Para Freire “todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. (...) ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança”. (PADILHA 2001, p. 15)

O Talher, o Copo, o MESA³, foram, em 2004, a expressão de um fator de mudança que se anunciou e manteve fôlego por um período curto, contudo, importante para marcar a trajetória do que hoje conhecemos como Rede de Educação Cidadã e sua relação com o Estado. O início dessa história, primeiros dois anos do governo Lula, nos leva a algumas reflexões sobre o que era desejado, e aqui estabeleceram-se planos de ação importantes, e o que efetivamente foi realizado.

As memórias de Frei Beto, em seu escrito sobre a experiência no governoⁱⁱⁱ, e daqueles que participaram ativamente das primeiras equipes do Programa Fome Zero⁴, nos dão uma boa ideia do abismo que pode haver entre o planejamento, a efetividade da ação e o jogo político no contexto brasileiro. Naqueles tempos, de disputa ideológica no governo, o objetivo era o empoderamento popular, ainda mais, a emancipação dos sujeitos políticos, os núcleos populares, nos municípios, com controle e decisão sobre suas demandas.

Ao longo da obra de Freire percebemos sua insistência em afirmar que é decidindo que se aprende a decidir. Esta lição a Rede de Educação Cidadã parece ter aprendido logo cedo. Ainda que sua estratégia de trabalho de base inicial tenha sido limitada, como diz Frei Betto, junto a outras valorosas e náufragas aspirações populares, nos anos que se seguiram ao primeiro mandato petista, suas ações e espaços organizativos seguem potencializando e estimulando a capacidade de decisão dos sujeitos envolvidos em seus processos.

É decidindo que construímos, com autonomia, nosso projeto de vida (FREIRE, Paulo, 1996, p.119). Esta frase de Freire expressa a sintonia com a concepção elaborada na Rede, de que o planejamento tem que ser feito por quem executa as ações de base. Daí o método de consulta e construção com todos os coletivos estaduais, que resultou nos planos sobre os quais nos debruçaremos com mais cuidado adiante no texto. É essa dinâmica que afasta, com aparente êxito, um equívoco anunciado por Padilha, pesquisador da área educacional e atento leitor da obra de Freire, de delegar o planejamento à especialistas dissociando o executar do pensar a tarefa.

³ Equipes estruturadas pelo Setor de Mobilização Social do Fome Zero para orrganização do Programa Fome Zero.

⁴ Política integrada de segurança alimentar para o país, abrangendo geração de emprego, renda mínima, distribuição de alimentos e alfabetização de adultos. Criado em 2003, pelo recém-empossado Presidente Lula, esteve submetido ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, hoje aglutinado ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Assegurar a dinâmica apontada acima é materializar o exercício da dialogicidade, tão cara à pedagogia freiriana. Novamente, Padilha traz uma afirmação importante sobre o tipo de planejamento do qual estamos falando: O planejamento dialógico é, na verdade, uma forma de resistência e apresenta uma alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente. (PADILHA, 2002, p.25)^{iv}

Nos documentos que lemos e evocamos os espaços organizativos da Rede em que estivemos presentes, percebemos a energia dos educadores/as populares em construir suas atividades, planejando-as de forma a envolver o maior número de pessoas, buscando garantir a ampla participação, a socialização de idéias e experiências. Para Padilha o enfrentamento dos problemas e desafios apresentados pelo cotidiano se materializa como afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos.

Planejamento de trabalho com o povo não é “engessado”. Daqui a dois, três meses temos que sentar para monitorar o que tem sido feito tendo em vista o que se espera e a realidade vivida pelo grupo. (PI-OF10-2011 em Pedro II)

No entanto, quando falamos em planejamento, às vezes corremos o risco de falar demais sem dizer muito. Quando usamos uma palavra ou expressão em demasia acabamos por esvaziar, mesmo sem querer, seu sentido e conteúdos originais. É então, que acabamos pegos em uma armadilha corriqueira, a de idealizar o planejamento, e desconectá-lo das reais condições para sua execução,

E o que é planejar? De modo bem objetivo, planejar é você prever o futuro, é projetar de forma elaborada. (Pedro II/PI em 04 set. 2011).

A previsibilidade é possível, a adivinhação já é algo que não compete ao exercício do planejamento. Os/as educadores/as da Rede, no caso da citação, e nós, militantes sociais, sabemos disso, entretanto, quando menos esperamos, nos deixamos envolver por compreensões mais superficiais do tema. Em alguns momentos, em incursões aos estados onde são realizadas as oficinas de formação em Educação Popular e Direitos Humanos percebemos a preocupação dos educadores/as em realizar a tarefa do planejamento, acordada nas instâncias nacionais e locais, sem encará-la como um fardo, algo pró-forma, e como tal pouco importante e cansativo.

Isso porque, nos parece, as equipes assumem inúmeras tarefas de articulação com as organizações populares para a consecução das oficinas e o tempo se escasseia com muita frequência. Por isso, a necessidade de valorar sempre, mesmo quando incipiente, o esforço do planejamento coletivo destes sujeitos e apontar questões que possam provocar, a partir da crítica, um movimento de reflexão e quem sabe, o aprimoramento do planejamento.

Momento II

O Planejamento na Rede: estratégia e projeto na esquerda brasileira

Ao historiar a questão do planejamento na sociedade brasileira, Padilha nos lembra de que há na nossa memória coletiva um registro fortemente marcado pelo regime militar de um planejamento autoritário, de cima para baixo, que acaba por nos provocar certa resistência ao ato de planejar, uma vez que não nos sentimos, á priori, partícipes efetivos das tomadas de decisão. Mais uma vez, aqui, a importância da organização popular para o exercício do decidir. Bravos esforços desde a abertura política, tarefa que ainda se faz urgente e necessária.

Na Rede de Educação Cidadã encontramos três documentos, ou melhor, conjunto de princípios e objetivos, redigidos por seus membros e também pelo acúmulo das organizações de esquerda. São eles: O Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano Nacional de Formação (PNF) e o Projeto Popular para o Brasil (PPB). O Projeto Político e Pedagógico, síntese do acúmulo da experiência da Recid, desde 2003, foi aprovado pelos educadores/as no 8º Encontro Nacional (2007). Concordando com Lamparelli^v trata-se de *um modelo capaz de conduzir a ação à consecução dos seus objetivos*.

Produzido em meio a um intenso movimento de debate e formulação de critérios, balizas identitárias para o fazer da Rede. Para entender o lugar e a importância desse projeto é recomendável que conheçamos o Programa Nacional de Formação, um detalhamento dos princípios e objetivos da Rede indicando conteúdo e ferramentas para o trabalho popular, com versões trienais⁵.

Assim como a relação entre os dois primeiros e o Projeto Popular para o Brasil, elaboração coletiva das organizações sociais do campo popular, ainda em processo de construção que atrai os olhos do planejamento da Rede para si, com vistas ao poder popular e a soberania do povo brasileiro.

Ao ler os registros pedagógicos das ações dos educadores/as da Rede, articulamos estes elementos, relacionando Projeto Político Pedagógico, Programa Nacional de Formação e o Projeto Popular para o Brasil. Os encontramos quando os educadores estudam o que seja o Projeto Popular, seu conteúdo, quando remontam seu histórico para chegar aos princípios e fundamentos que tornaram possíveis a produção pela esquerda, hoje, mais apropriadamente, campo popular, de um esboço de projeto de nação.

Nestes registros fica muito nítida a preocupação de um conjunto de educadores/as em estabelecer uma conexão entre a realidade vivenciada pelas comunidades em que atuam e o conteúdo programático do Projeto Popular, a despeito das diferentes interpretações que este assunto desperte em meio às organizações brasileiras.

⁵ Sendo a última atualização de 2012 a 2014.

A Rede, inserida neste campo popular de composição orgânica com movimentos e articulações nacionais e internacionais, vem afirmando com bastante veemência que deseja ser ferramenta de construção de um projeto para o país. Ao estar alicerçada em princípios da educação popular, estuda e orienta sua ação numa perspectiva estratégica de construção do projeto popular.

Ainda que esta intencionalidade política esteja presente na Rede há muitos anos, é no triênio 2010, 2011 e 2012 que a Rede se organiza em eixos que dialogam diretamente com formulações de fundo do Projeto popular e explícita essa relação. O Encontro Nacional, em março de 2012, expressa boa parte dos esforços estaduais para conectar as ações locais a um cenário mais amplo de demandas da classe trabalhadora na atualidade.

Esse conjunto - PPP, PNF e PPB - articulado pelo Plano de ação que a Recid aprovou no 9º Encontro Nacional, subsidia e orienta todo o processo de planejamento da Rede. Partindo do entendimento de que o plano é a

apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas relativamente a ação a realizar. Ou seja, o plano é o documento que diz o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultado. (Ferreira, 1979:59 In: PADILHA, p.36)

Então nomeamos os documentos que recebemos na sede do CAMP dos estados em 2011 e 2012 como planos de atividades, expressão escrita de seus processos de planejamento. Sobre eles tecemos alguns comentários à seguir levando em conta aspectos de forma e conteúdo.

Momento III

Os planos e a prática

Entender os planos redigidos pelos coletivos de educadores/as é entender que a Rede de Educação Cidadã se constitui de forma muito diversa. Tão diversa, pensando nos inúmeros sujeitos que a compõem, que realizar planejamento comum, projetar ações combinadas, avaliar processos de maneira coletiva tornam-se tarefas um tanto mais complexas do que de costume.

A complexidade está na dualidade de movimentos próprios a Rede no que diz respeito ao planejamento, nas palavras de um educador popular *A RECID, às vezes, parece fazer mais concertações do que planejamento propriamente dito.*

Aqui se apresentam dois movimentos opostos, que coexistem na dinâmica da Rede, sendo, primeiro: o esforço e a decisão de planejar, evitando o improvisado, o imediatismo da ação, e trazendo para dentro do planejamento as dimensões do acompanhamento e dos processos avaliativos da ação. Segundo: os momentos/espacos em que a socialização e o compartilhamento de todas as etapas do planejamento fica fragilizada frente ao amplo espectro político que estrutura a Rede.

Isso se deve, muito em função da composição por diferentes Movimentos e Organizações, constituídos em tempos, cronológica e politicamente distintos, o que implica em diferentes públicos, alterando características importantes da formação militante e das ações de base.

Além disso, a diversidade e inconstância de sujeitos, e por vezes, a falta de uma formação permanente, somado a outros elementos, acabam por produzir um conjunto de diferentes interpretações, explicitando diferentes concepções de planejamento.

No pensamento brasileiro acerca do planejamento educacional, que nos ajuda a entender as referências ao tema utilizadas em outras esferas, percebemos os fortes traços das escolas de administração: *metas, prazos, eficiência, foco*, que produziram ao longo dos anos as concepções de gerenciamento do capital. Aqui se cristalizam elementos que hoje as organizações que atuam no campo popular, incorporam em seu cotidiano na linguagem “projetista”, de projetos executados por meio de convênios ou parcerias, como a Rede sobre a qual tratamos neste material.

Tais traços recupera Padilha, vão desde a escola clássica e seu conservadorismo positivista, passando por modelos tecnocratas, até as influências humanistas e sociológicas que operam numa perspectiva de trazer o social para o debate do empresariado.

Além do risco da transposição de modelos estrangeiros sem a crítica e adequação necessárias para o cenário nacional. No Brasil, poucos escaparam destas transposições, em meio as organizações de esquerda ao longo da década de 1980 o planejamento foi mote de muito debate acalorado, fosse este de origem yankee ou soviética, ainda assim, quando transpostos sem os cuidados devidos levaram boa parte da militância a se lançar em processos exigentes que logo foram suplantados por novos modelos. A *confusão entre* modelos de planejamento e o uso combinado de forma indiscriminada, hoje, ainda merece muito da nossa atenção e o devido cuidado para não cairmos em anacronismos que não ajudam na luta popular.

Na RECID, observando as oficinas de formação, esta questão fica mais evidente. Entre as atividades que tratam do tema planejamento, em uma amostra deste material, encontramos as diferentes nuances e concepções em meio aos coletivos de educadores/as.

Tenha metas claras. A história da humanidade é cheia de vidas desperdiçadas. Amores que não geram relações enriquecedoras, talentos que não levam a carreira de sucesso. Ter objetivo evita o desperdício de tempo, energia e dinheiro. (mensagem de Roberto Shinyashiki lida em oficina de formação no AC)

Nós, educadores, não podemos chegar com um plano já pronto para o grupo. O planejamento popular nasce das necessidades do grupo. O planejamento deve contar com a participação do grupo que irá realizar a ação. Nós não temos os conteúdos dos três módulos dos cursos pois eles estão nascendo dos diálogos com o grupo e de suas necessidades (Fala de educador em oficina de formação no PI)

Estas frases, extraídas de oficinas indicam um pouco da confusão gerada entre a vontade de planejar com o povo e a utilização de recursos baseados em concepções mais liberais de perseguição do sucesso e inserção no mercado de trabalho. Aqui, apenas dois exemplos, que não representam a totalidade dos registros de oficinas, no entanto oferecem uma ideia dos diferentes usos do planejamento e seus instrumentos.

Nos registros, quase podemos ouvir os/as participantes quando dizem *Eu nunca tinha feito um planejamento. Aí exercitamos. Assim, com as críticas de vocês podemos aprender a fazer certo* (PI-OF10-2011). Esta, e outras tantas falas registradas pelos educadores/as no trabalho popular nos dão a dimensão de como, localmente, as pessoas envolvidas nos processos de formação do convênio passam a valorizar o planejamento e a executá-lo em prol das necessidades de suas comunidades.

Quanto aos Planos Estaduais, acompanhamos com alegria o processo de transição entre 2011 e 2012 na questão do planejamento. Com a intenção de qualificar e mais, unificar a ação dos coletivos, respeitando suas realidades locais, as instâncias nacionais da Rede entenderam como adequado orientar coletivamente o processo do planejamento.

De um ano para outro fica evidente a mudança na forma e conteúdo dos planos. Ao longo de 2011, os estados foram provocados a promoverem momentos de encontro entre os coletivos para dar corpo e substância às ações estaduais. O resultado foi intermitente e um tanto frustrante, uma vez que, muitos estados estenderam longamente o período de planejamento e socializaram seus planos já no final do ano, além de quatro deles que acabaram por não socializar seus planos com o conjunto da Rede.

Analisando a realidade de cada estado, pudemos na época entender que o trabalho seguia, mesmo naqueles locais em que não conhecíamos o planejamento. Entretanto, esta lacuna também nos indicou algumas limitações que fomos, aos poucos, trabalhando e buscando entender suas origens junto aos estados.

Da análise que conseguimos realizar desses planos a partir da leitura, pudemos visualizar situações e níveis de aprofundamento distintos do planejamento. Encontramos estados que reuniram sistematicamente seus coletivos e efetivaram o debate e a decisão coletiva, projetando e avaliando suas ações desdobrando-as em responsabilidade coletiva e divisão de tarefas. Ao mesmo tempo, encontramos agendas de atividades no lugar de planos de ações, e planos realizados a partir de um grupo restrito de educadores/as, uma expressão da pressa ou mesmo da incompreensão de seus realizadores.

O processo estabelecido em 2012, baseado em um instrumental detalhado das ações nos estados, buscou dar conta de uma compreensão mais comum, e conseguiu apontar para uma identidade, ou estruturas mais alinhadas, a nível nacional das atividades da Rede, ancorado no debate dos eixos estratégicos para a construção do Projeto Popular, guardando as particularidades locais e expressando a correlação entre Rede de Educação Cidadã e a participação na vida política brasileira.

É certo que ainda há muito por fazer e que o planejamento, por não ser estanque, não pode ser acabado e encerrado em si mesmo, assim, definimos este texto como esboço de uma análise que deve ser permanente e como tal profícua para objetivos tão caros quanto os da Educação Popular. A Rede já aprendeu que planejar é processo e que requer avaliação sistemática, além de uma boa dose de autocrítica. Nessa medida, permanece a tarefa de perguntar, sistematicamente: Para onde nossas ações estão nos levando? Qual o acúmulo de forças políticas que atingimos com elas? São estas as ações que dão conta das transformações de que o país necessita?

A Rede, desde o Fome Zero de Frei Betto, mudou, mas também cresceu consideravelmente. Seu papel e responsabilidade crescem na medida em que o trabalho avança para novos grupos e municípios brasileiros. Nesse sentido, o planejar ganha dimensões de nação e de responsabilidade histórica, com um duplo compromisso, o de fortalecer o trabalho popular e, ao mesmo tempo, acreditá-lo absolutamente desnecessário. Uma vez que, numa sociedade em que a cidadania seja exercida plenamente, as tarefas serão outras e os desejos – o que planejar - estarão calcados em novas e justas relações sociais.

ⁱ MARX, Karl. O Capital, livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

ⁱⁱ BOGO, Ademar. Cartas de amor. São Paulo: MST, 2004.

ⁱⁱⁱ BETTO, Frei. A mosca azul: Reflexão sobre o poder. São Paulo: Ed. Rocco, 2006.

^{iv} PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Ed. Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

^v Celso Lamparelli, in **(Bierrenbach, 1981, p.30)**.